

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense

Class.: 153

Data: 28/05/86

Pg.: 6

6 Brasília, quarta-feira, 28 de maio de 1986 **CORREIO BRAZILIENSE**

Para geólogo, Brasil deve controlar minério

"A política de mineração no Brasil, hoje, está mais atrasada do que nos tempos de colônia". A declaração é do presidente da Associação dos Geólogos do Centro-Oeste, Carlos Maranhão, que promoveu ontem um debate sobre "A Mineração na Constituinte" — o conferencista foi o senador Severo Gomes, de São Paulo, que abordou o tema "A Soberania Nacional e os Recursos Humanos". O objetivo do debate é reunir sugestões para a criação, através da Assembleia Nacional Constituinte, de leis que permitam aos brasileiros resgatar o controle nacional sobre a exploração do subsolo.

Os dados da Ageco, divulgados através de um panfleto confeccionado para

esse período de debates da política mineral, indicam que "praticamente 100 por cento das minas de ouro, com produção mecanizada, estão nas mãos da Anglo-American, grupo sul-africano; toda a produção de chumbo e prata é controlada pelos grupos franceses Imetal (98 por cento) e sul-africano Anglo-American (2 por cento); 100 por cento da produção de níobio são mantidos pela C.B.M.N. (Union Oil e Anglo-American); 92 por cento da produção mecanizada de diamantes estão sob controle do grupo Union Minière, 55 por cento do tungstênio e 50 por cento do níquel estão sob domínio da Anglo-American; 100 por cento do amianto são controlados pela Eternit e Brasilit; e os grupos internacionais ainda controlam

48 por cento da produção de ferro e largas porções de alumínio, estanho e fosfato." Com esses dados, o presidente da Geco, Carlos Maranhão, afirma que a política mineral, herdada em conjugação clara com o modelo econômico adotado pelo regime anterior, tem como objetivo básico somente o crescimento da produção mineral com privilégio dos grandes projetos de exportação. Maranhão frisa que, através dos debates, que começaram ontem, pretende-se introduzir no conjunto de leis que regerão o País uma legislação clara para o controle da mineração, de forma a limitar o controle das multinacionais sobre o subsolo e a promover a exploração dos minérios brasileiros pelos próprios brasileiros.